

## AS ESCOLAS ISOLADAS NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX: O ESTUDO DE UMA INSTITUIÇÃO

*The Isolate Schools in the early decades of the twentieth century: the study of an institution*

Juliana Goretti Aparecida Braga Viega\*  
Ana Maria de Oliveira Galvão\*\*

### RESUMO

Este artigo objetiva descrever e analisar o tipo de avaliação elaborado pelas autoridades educacionais de Minas Gerais sobre as escolas isoladas, no início do século XX, por meio do estudo de uma instituição, o Externato Nossa Senhora Auxiliadora, criado pela Congregação Salesiana, em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto. Investigamos como se organizava e que características tinham o ensino, em especial, da leitura e da escrita, na escola em questão, nos anos de 1910 a 1914. Analisamos, por meio de dados colhidos em relatórios de inspetores escolares, nossa principal fonte, o currículo da instituição; sua estrutura física; o material didático; o perfil do corpo docente; o sistema de avaliação; o desempenho escolar dos alunos. A partir dos indícios encontrados, constatamos que, embora fosse uma escola isolada em um momento em que os grupos escolares se impunham, no discurso oficial, como a instituição educacional que materializava os ideais republicados, o Externato era bem avaliado pelos inspetores que o vistoriavam. Acreditamos que a realização de estudos de natureza semelhante ao que discutimos neste artigo pode auxiliar na complexificação do lugar ocupado pelas escolas isoladas na educação brasileira, no início do século XX.

**Palavras-chave:** História das instituições escolares. História das disciplinas escolares. História da leitura e da escrita. Escolas isoladas.

### ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the type of evaluation formulated by the educational authorities of Minas Gerais on isolated schools, in the early twentieth century, through the study of an institution, the Externato Nossa Senhora Auxiliadora, created by the Salesian Congregation, in Cachoeira do Campo, district of Ouro Preto. We investigated how it was organized and its teaching process characteristics, considering especially the reading and writing skills of this particular school, in the years of 1910 to 1914. We analyzed, using data collected from school inspectors' reports, our main source, the curriculum of the institution, its physical structure, didactic materials, the teaching staff profile, the evaluation system, and the students' school performance. From the evidence found, we conclude that although this was an isolated school, in a time when school groups were imposed in the official discourse as the educational institution that materializes the republished ideals, the Externato was rated good by the inspectors who inspected it. We believe that the production of studies with similar nature of what we discussed in this article may contribute to the debate of the place occupied by the isolated schools in the Brazilian education in the early twentieth century.

**Keywords:** History of educational institutions. History of school subjects. History of reading and writing. Isolated schools.

\* Mestre em História da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: julianabragaviega@yahoo.com.br.

\*\* Doutora em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do CNPq. E-mail: anamgalvao@uol.com.br

## Introdução

Como eram as escolas isoladas?<sup>1</sup> Como se caracterizavam? Qual o perfil dos(as) professores(as) que nelas atuavam? E o público atendido? De que materiais dispunham? Como as autoridades educacionais as avaliavam? De maneira geral, foi construído um discurso que desqualifica as escolas singulares, caracterizando-as como precárias, atrasadas e desorganizadas. Esse sistema de instrução pública em vigor durante o século XIX e também durante parte do século seguinte, composto por aulas avulsas, ministradas por mestres-escola em suas próprias residências ou em salas alugadas, passou a ser considerado, em determinado momento, ineficaz e insatisfatório, na medida em que parecia não contribuir para promover ao povo instrução e noções de civilização tão caras para consolidar o ideal de construção de uma unidade nacional e para formar a população com o intuito de criar um conjunto de cidadãos que se mobilizasse ao máximo para desenvolver o progresso material, cultural e nacional do Brasil (VEIGA, 1999). Essa preocupação com a educação e a formação de uma nova sociedade, que pode ser percebida em diferentes discursos de intelectuais e políticos a partir do século XVIII e em todo o século XIX, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo ocidental, se intensificou com a emergência da República no país, momento em que foi, de maneira mais contundente, conferida à educação escolar o status de instrumento para moldar e instruir os ignorantes (CARVALHO, 1989). Nesse contexto de descontentamento com o sistema público de ensino constituído pelas escolas isoladas, singulares ou cadeiras públicas, foram criados os grupos escolares, implantados em Minas Gerais, gradativamente, a partir de 1906. O objetivo era construir uma nova concepção de escola, isto é, ordenar o ensino, as metodologias empregadas e os conteúdos trabalhados, capacitar e fiscalizar a ação do professorado, adaptar espaços e tempos ao ensino, refletir a respeito da relação com as crianças e suas famílias. Entretanto, as escolas isoladas, consideradas símbolos do atraso, da desorganização, da miséria, da falta de planejamento e de recursos e da baixa qualidade do ensino continuaram a existir, mesmo após a instalação dos grupos. De que forma essas instituições eram vistas pelas autoridades educacionais? Que tipo de avaliação elas recebiam?

Para problematizar essa questão, nos propomos a apresentar resultados de uma pesquisa (VIEGA, 2008) a respeito de uma escola isolada, no período de 1910 a 1914.<sup>2</sup> Trata-se do Externato Nossa Senhora Auxiliadora<sup>3</sup>, instituição criada e administrada por

---

<sup>1</sup> Este termo remete à organização do ensino primário público do Brasil que prevaleceu durante o século XIX e que continuou existindo no país mesmo após o processo de implantação dos grupos escolares, que teve início em São Paulo em 1893, a partir da reforma de ensino empreendida por Caetano de Campos. As escolas isoladas eram constituídas por um ou mais grupos de alunos, sob a responsabilidade de um(a) docente. A partir de 1906, em Minas Gerais, as escolas isoladas, singulares ou cadeiras públicas de ensino, como também eram chamadas - que podiam ser masculinas, femininas ou mistas - passaram a apresentar a graduação por classes, cada uma correspondente a um ano diferente: 1º, 2º, 3º ou 4º ano. Essa temática é bem explorada por Luciano Mendes de Faria Filho (1996), Karina Klinke (2003) e Cynthia Veiga (2007).

<sup>2</sup> Essa pesquisa integrou uma investigação mais ampla, de caráter interinstitucional, denominada *Entrando na Cultura Escrita: Percursos Individuais, Familiares e Sociais nos Séculos XIX e XX*.

<sup>3</sup> Uma das razões que levaram à escolha da análise da referida instituição salesiana foi o fato de que dois dos indivíduos, de meios populares, investigados por duas das pesquisas integrantes do estudo mais amplo estudaram em colégios salesianos, sendo que um deles cursou a instrução primária na cadeira masculina do Externato Nossa Senhora Auxiliadora, entre os anos de 1910 e 1914. Esse dado motivou a delimitação temporal do trabalho.

Irmãs da Congregação Salesiana<sup>4</sup>, que se localizava em Cachoeira do Campo<sup>5</sup>, distrito de Ouro Preto, e que foi classificada pelo estado de Minas Gerais<sup>6</sup> como uma escola isolada pelo fato de apresentar uma cadeira de ensino pública, mais precisamente, uma cadeira masculina, que atendia meninos pobres da região. Procuramos descrever, analisar e compreender como, de acordo com as autoridades educacionais, se configurava a organização, o funcionamento e o ensino, principalmente, da leitura e da escrita, no Externato Nossa Senhora Auxiliadora, no período.<sup>7</sup> Para tanto, examinamos e descrevemos: o currículo da instituição no mencionado período; a estrutura física que abrigava a escola; o material didático adotado pelo Externato; o perfil do corpo docente; o sistema de avaliação utilizado; o desempenho escolar dos alunos.

A problematização de todos esses elementos foi realizada à luz de estudos que têm explorado áreas novas e férteis da história da educação, como as que correspondem à história das instituições escolares, à história do ensino da leitura e da escrita e à das disciplinas escolares. Em relação à primeira, os trabalhos de Justino Magalhães (1998) e Décio Gatti Júnior (2002) nos mostram a complexidade que encerram as instituições escolares na medida em que possuem uma cultura pedagógica permeada por práticas, idéias, desejos e interesses diversos, de acordo com suas funções, seus membros, os conteúdos que ministram. Já autores como André Chervel (1990), Ivor Goodson (1995) e Dominique Julia (2001) salientam a importância do estudo histórico dos currículos e disciplinas escolares pelo fato de possibilitarem o esclarecimento das relações entre as muitas concepções educacionais que dão origem a políticas e programas educacionais materializados na elaboração de currículos, hierarquização de disciplinas, seleção e ordenamento de conteúdos escolares. Além disso, conforme explicitam Chervel (1990) e Julia (2001), uma instituição de ensino produz uma cultura particular, a cultura escolar<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> A Congregação Salesiana foi fundada em 1859, na cidade de Turim, Itália, pelo sacerdote católico Giovanni Bosco (Dom Bosco). Em 1872, juntamente com Maria Mazzarelo, ele deu origem ao ramo feminino da Ordem Salesiana, as “Filhas de Maria Auxiliadora”, que chegaram em Cachoeira do Campo em 1904 e fundaram o Externato Nossa Senhora Auxiliadora, que recebeu esse nome pelo fato de haver apenas alunos externos. A respeito da fundação da Congregação Salesiana e da chegada de seus membros ao Brasil, conferir os trabalhos de Terésio Bosco (1999), José Eduardo Meschiatti (2000) e Maria Aparecida Silva (2001).

<sup>5</sup> Como pondera João Valdir Souza (2006), a história de Cachoeira do Campo, assim como de outros distritos de Ouro Preto, mistura-se à própria formação histórica de Minas Gerais, em virtude da importância do desenvolvimento da atividade mineradora, naquela região, para a economia e povoação do estado no século XVIII. Essas formações distritais apresentam trajetórias irregulares, alternando momentos de declínio e ascensão da economia, aumento e diminuição populacional. Cachoeira do Campo, distrito que se destacava pela atividade agropecuária, também vivenciou momentos de prosperidade e de crise. Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período em que foi criado o Externato, esse distrito estava imerso em um contexto econômico decadente.

<sup>6</sup> As análises de José Eduardo Bittar (2006) contribuem para nos ajudar a compreender o tipo de relação existente entre o governo mineiro e a Igreja Católica. Apesar dos conflitos entre ela e o Estado, em curso no país desde o século XIX, em Minas Gerais o catolicismo já estava tão consolidado que, mesmo após a promulgação do decreto republicano que previa o rompimento com Igreja Católica, o ensino religioso continuou a ser ministrado nas escolas facultativamente durante os primeiros anos da República. Além disso, o governo mineiro concedeu subsídios para que ordens religiosas como a Salesiana se instalassem no estado.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que, a partir do ano de 1906, quando tem início o processo de implantação dos grupos escolares em Minas Gerais, as escolas isoladas mineiras são obrigadas a seguir a mesma normatização que regulava a organização dos grupos. Esse cumprimento ou não das normas era o principal alvo da avaliação das autoridades educacionais.

<sup>8</sup> De acordo com Julia, essa cultura refere-se “[...] a um conjunto de normas que definem conhecimentos e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (2001, p.10).

Esse conceito também norteou as análises que realizamos neste trabalho na medida em que procuramos indagar que tipo de cultura escolar foi produzida no Externato. Por fim, as apreciações de Antônio Augusto Batista, Ana Maria Galvão e Karina Klinke (2002) e de Klinke (2003) contribuíram para construirmos um panorama mais geral no que tange ao processo de busca de uniformização do ensino da leitura e da escrita que ocorreu no Brasil e, em especial, em Minas Gerais, no início do século XX. É importante ressaltar que a incursão por essas novas áreas da história encontra-se em um contexto de significativas transformações da concepção de história, de expansão dos objetos, abordagens e fontes utilizadas na pesquisa.<sup>9</sup>

Os relatórios de inspeção do início do século XX<sup>10</sup> constituíram as principais fontes de pesquisa. Ao todo foram examinados 41 relatórios de oito inspetores escolares, não apenas do período investigado, mas também de anos anteriores, com intuito de obter mais indícios.<sup>11</sup> As informações coletadas nesse corpus documental foram cruzadas com aquelas obtidas em narrativas históricas elaboradas pelas Salesianas, na documentação gerada pelo Externato e em dados sócio-demográficos. O acervo de documentos consultado permitiu coletar dados não apenas do Externato, mas também de outras três escolas isoladas em funcionamento em Cachoeira do Campo entre 1910 e 1914. Embora a escola das Salesianas seja o objeto de estudo em questão também serão apresentadas algumas informações das demais cadeiras.

### 1. Um panorama geral: como se caracterizava o Externato Nossa Senhora Auxiliadora?

Havia em Cachoeira do Campo quatro cadeiras de instrução pública: duas masculinas, a que compunha o Externato e outra regida por Thereza Rodrigues Pereira; uma feminina, regida pela professora Rosa Maria da Cruz; e, por fim, uma mista em que lecionava a docente Antonina Augusta Ferreira. É importante ressaltar, como se pode verificar, que todas elas eram administradas por mulheres, reflexo do processo de feminização que ocorre com a profissão docente em fins do século XIX e início do século XX.<sup>12</sup> De acordo com o inspetor técnico Antônio Ferreira Paulino, essas instituições se classificavam da seguinte maneira: “Há uma ótima, a regida pela Irmã Angelina Rosalina

<sup>9</sup> A respeito das mudanças pelas quais passou a historiografia durante o século passado são dignos de nota os estudos de Jacques Le Goff (1990), Peter Burke (1992) e José Carlos Reis (2000).

<sup>10</sup> Esses relatórios encontram-se no Arquivo Público Mineiro (APM), no conjunto de documentos da Secretaria do Interior (SI), criada em 1891, para cuidar de atribuições relativas à justiça, segurança, estatísticas, saúde pública, magistratura, eleições, leis e instrução pública. Disponível em <[www.siaapm.cultura.mg.gov.br](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br)>. Acesso em: 01 de abril de 2008.

<sup>11</sup> O cargo de inspeção existe no Brasil desde o século XIX. Em Minas Gerais, a função que competia aos inspetores era a de visitar as escolas pertencentes a cada círculo ou circunscrição literária, divisão adotada no estado a partir da Lei nº 13, na primeira metade do século XIX, e que correspondia a um conjunto de cidades e de distritos. Se no início os inspetores apenas verificavam a frequência dos alunos e construíam mapas estatísticos, com o passar dos anos, em especial após a criação dos grupos escolares, tornou-se responsabilidade deles julgar o desempenho dos discentes e dos docentes, analisar as práticas escolares e divulgar os princípios pedagógicos vigentes, orientando a prática docente. Dos inspetores cujos relatórios analisamos, seis eram técnicos e os outros três administrativos. Ver Faria Filho (1999), Isobe (2004), Klinke (2003) e Veiga (1999).

<sup>12</sup> Chamon (2003) e Faria Filho (1996) discutem em seus trabalhos como esse processo ocorreu. A primeira autora aborda ainda em que medida a influência do modelo norte-americano de educação contribuiu para a crescente ocupação feminina no magistério.

de Almeida e Souza; uma bôa, a de D. Antonina Augusta Ferreira; duas soffríveis, as das profissionais Rosa Maria da Cruz e Thereza Rodrigues Pereira.”<sup>13</sup>

As aulas realizadas no Externato em 1910 eram ministradas pela Irmã Angelina Rosalina de Almeida e Souza que não desenvolvia o trabalho sozinha. Ela contava com a ajuda de uma adjunta, Thereza de Figueiredo Murta, que foi designada em 1909. Por meio de informações obtidas no relato histórico elaborado pela Irmã Trindade (1996), verificou-se que até o ano de 1909, as professoras que lecionaram na instituição salesiana eram todas integrantes da Ordem. A partir daquela data, começou-se a admitir docentes leigas para ocupar o cargo de adjunta. Em 1911, Thereza de Figueiredo Murta passa a substituir a professora Rosa Maria da Cruz que se licenciou do cargo. Para ocupar a vaga deixada pela adjunta, a Irmã Antonina Campos passa a lecionar no Externato.

A cadeira masculina da instituição salesiana era composta pelos quatro anos da instrução primária. A adjunta era responsável pelos alunos do primeiro ano. Já a Irmã Rosalina, titular da cadeira, segundo os inspetores, lecionava para os meninos classificados nos demais anos. Com exceção da escola mista, as demais, como apontou o inspetor técnico Arthur Napoleão Alves Pereira, não possuíam toda a graduação do ensino.<sup>14</sup>

Outro aspecto muito analisado pelos inspetores nas visitas às escolas era aquele que concernia à escrituração, isto é, ao registro da matrícula e frequência dos alunos, dos materiais adquiridos e do horário adotado. Os relatórios indicaram que o Externato sempre foi elogiado nesse quesito e que as demais cadeiras também apresentavam livros de escrituração regularmente elaborados. No que diz respeito ao funcionamento da escola salesiana, a narrativa histórica de Irmã Trindade (1996) aponta que as aulas no Externato “[...] funcionavam sem interrupção e quando, por fortes razões, havia necessidade de determinar horário diferente ou dispensa de aulas, como por ocasião da febre espanhola, em 1918, era o inspetor quem tomava essa iniciativa” (p. 5). Esse fato parecia não acontecer em outras escolas de Cachoeira do Campo, de acordo com os indícios encontrados nas fontes.

Em 1912, é aberta uma nova cadeira masculina na instituição regida pelas “Filhas de Maria Auxiliadora”. Essa cadeira possuía, segundo os inspetores, apenas os três primeiros anos da instrução primária e era regida pela Irmã Maria Dolores Gonçalves. Assim como Irmã Rosalina e sua adjunta, ela também parecia ter seu trabalho elogiado pelos inspetores:

2ª Cadeira masculina: [...] lecciona a titular da cadeira Irmã Maria Dolores Gonçalves. Tem inscriptos em seus livros, escripturados com limpeza e bem conservados, 46 alumnos matriculados, e realiza a freqüência media de 34 a contar de 7 de maio p. passado, dia em que foi a escola installada.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Arquivo Público Mineiro (APM) - SI-3342. Relatório do Inspetor Técnico Antônio Ferreira Paulino. 13/08/1910.

<sup>14</sup> A escola regida pela professora Rosa Maria da Cruz apresentava apenas três níveis de ensino. Já a que estava sob responsabilidade da docente Thereza Rodrigues Pereira possuía o primeiro e o segundo anos.

<sup>15</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

## 2. Uma preocupação higienista: o espaço ocupado pela instituição das “Filhas de Maria Auxiliadora”

Os inspetores, durante suas vistorias nas escolas, em especial nas isoladas, deviam estar muito atentos a aspectos como: limpeza, tamanho, claridade e arejamento do espaço.<sup>16</sup> O Externato Nossa Senhora Auxiliadora, de acordo com os registros, parecia apresentar uma boa adequação às exigências legais, embora o espaço físico da instituição não tivesse a metragem oficial, conforme exposto nos relatórios:

Nos dias 25 e 30, visitei neste districto a cadeira isolada masculina que está sob regência das professoras D. Angelina Rosalina de Almeida e Souza e D. Thereza de Figueiredo Murta como adjuncta. Funciona esta escola em duas salas contíguas, vastas, claras e arejadas, embora em uma das salas não tenha em rigor, as dimensões legais.<sup>17</sup>

A cadeira masculina sob responsabilidade das irmãs funcionava em duas salas que foram cedidas à Congregação pelo pároco de Cachoeira do Campo. Elas localizavam-se na parte inferior do edifício ocupado pelas religiosas e não tinham dependência em relação aos outros compartimentos. As salas ou salões, como descreviam os inspetores, eram unidos e em um deles eram ministradas, pela adjunta, as aulas para o primeiro ano; no outro salão a titular regia as turmas de segundo, terceiro e quarto anos. Quando foi instalada a segunda cadeira masculina no Externato, a preocupação com as condições higiênicas adequadas do local parece ter sido mantida, conforme o relatório a seguir: “2ª Cadeira masculina: Em sala do pavimento inferior, hygienicamente confortável, pertencente às Salesianas [...] na qual lecciona a titular da cadeira Irman Maria Dolores Gonçalves”.<sup>18</sup>

Os relatórios indicam que as demais escolas isoladas de Cachoeira do Campo, a princípio, pareciam demonstrar muitos problemas em relação à adequação do local. Nesses relatos foi mencionado que mudanças precisavam ser realizadas. A escola da professora Rosa Maria da Cruz, por exemplo, apresentava sala “[...] acanhada; mas a docente já está providenciando outra mais espaçosa”.<sup>19</sup> Essa situação parece ter mudado após um tempo, com a transferência dessas escolas para locais mais apropriados, como destacaram os inspetores em seus relatos.

A exigência da estruturação dos espaços escolares de acordo com os preceitos higienistas estava vinculada à constituição de uma nova cultura escolar. Afinal, passa a

<sup>16</sup> Durante o século XIX, diversos saberes científicos como a medicina desenvolveram-se, e começaram a influenciar o fazer pedagógico em suas muitas nuances. No caso da medicina, mais especificamente, do higienismo, houve uma grande ascendência em relação à “[...] elaboração da necessidade de um espaço próprio para a escola” (FARIA FILHO, 2000, p. 147). As críticas a respeito das condições espaciais inadequadas apresentadas pelas escolas isoladas ganharam força, afinal, os higienistas consideravam que as péssimas condições observadas nas salas em que aconteciam as aulas isoladas prejudicavam a saúde dos alunos e dos professores. Esse foi um dos motivos para a projeção dos grupos escolares que deveriam ser locais especialmente criados para o desenvolvimento da educação escolar.

<sup>17</sup> APM - SI-3296. Relatório do Inspetor Técnico José Madureira de Oliveira. 31/10/1909.

<sup>18</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>19</sup> APM - SI-3296. Relatório do Inspetor Técnico Arthur dos Santos Mourão. 16/09/1909.

ser fundamental lecionar em um lugar que tivesse todas as condições para se organizar o ensino de maneira saudável e eficiente. Isso parecia não ser verificado na maioria das escolas isoladas que, segundo Faria Filho (1996) e Veiga (2007), muitas vezes, exibiam uma situação precária. No caso do Externato Nossa Senhora Auxiliadora, os relatórios de inspeção indicaram que as condições eram satisfatórias.

### 3. Um olhar sobre as docentes: o que diziam os inspetores?

Quais eram os requisitos necessários para ser uma boa professora? Que tipo de trabalho uma docente tinha que apresentar para receber a aprovação dos inspetores escolares? Faria Filho explica que, no início do século XX, em Minas Gerais “[...] se produz uma representação que busca afirmar a identidade da professora como constituída, a um só tempo, tanto dos atributos inerentes à vocação, quanto daqueles relativos à competência técnica necessária ao que-fazer docente” (1996, p. 203). Assim, para as autoridades educacionais da época, uma professora tinha que demonstrar um talento nato para a profissão docente, a competência e o amor considerados imprescindíveis para exercê-la de forma adequada, além do bom preparo, do conhecimento da dinâmica escolar e do ideal cumprimento do programa estabelecido. Isso é, a docente precisava estar a par do método intuitivo.<sup>20</sup> Segundo os diferentes inspetores que visitaram e fiscalizaram o Externato Nossa Senhora Auxiliadora entre os anos de 1910 e 1914, todas as características citadas e consideradas fundamentais no perfil de uma boa docente podiam ser observadas na titular, Irmã Angelina Rosalina de Almeida e Souza que, como mostra a narrativa histórica de Trindade (1996), parece ter recebido em 1909 um ofício do governo do estado a congratulando pelo desempenho, o que lhe rendeu uma viagem à Belo Horizonte.

Dotada de esclarecida intelligencia e dispondo de preparo e aptidão didactica sufficiente, não surpreendeu-me o resultado que tem obtido, revelado no adeantamento dos alumnos para o que muito concorre o methodo de ensino seguido, ao qual procura dar o maximo de claresa, simplicidade e concisão. Examinei bons cadernos mensaes de alumnos em que são tratadas todas as matérias de ensino com todo cuidado e escrupuloso asseio.<sup>21</sup> (Referente à professora titular.)

As adjuntas também eram bem avaliadas:

Addindo em tempo declaro que a adjuncta D. Tereza de Figueiredo Murta leccionava com proficiência, conseguindo bons resultados da turma de alumnos confiados à sua guarda.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> A defesa e adoção do método intuitivo de ensino pode ser considerada uma expressão da influência americana no Brasil (CHAMON, 2003). Manuais de ‘Lições de Coisas’, sobretudo o do americano Norman Allison Calkins, o mais difundido, foram produzidos para detalhar o que era e de quais maneiras o novo método deveria ser aplicado. Segundo Vera Valdemarin, nesses manuais a nova metodologia é explicada da seguinte forma: “[...] o ato de conhecer tem início nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir das quais são produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos que constituem a matéria-prima das ideias. As ideias assim adquiridas são armazenadas na memória e examinadas pelo raciocínio, a fim de produzir o julgamento” (2000, p. 03). A respeito dos manuais sobre o método intuitivo vale conferir também Resende (2002).

<sup>21</sup> APM - SI-3326. Relatório do Inspetor Técnico Antônio Ferreira Paulino. 09/08/1910.

<sup>22</sup> APM - SI-3326. Termo de visita do Inspetor Técnico Arthur Napoleão. 08/06/1910.

A adjuncta que tem a seu cargo todo o primeiro anno, também dedicada e esforçada, revela preparo e interpreta inteligentemente o programma.<sup>23</sup> (Referente a adjuncta Irmã Antonina Campos.)

No que concerne às docentes das demais cadeiras, os inspetores registravam boas avaliações entremeadas de algumas críticas. Para inspetor técnico Arthur Napoleão Alves Pereira, Rosa Maria da Cruz, professora da cadeira feminina, era excessivamente calma, característica que para as autoridades educacionais podia comprometer o processo de disciplinarização dos alunos (FARIA FILHO, 1996). Já Thereza Rodrigues Pereira e Antonina Augusta Ferreira, segundo a avaliação do inspetor, não conheciam suficientemente o método intuitivo e tinham dificuldade para colocá-lo em prática, embora fossem normalistas, assim como Rosa Maria da Cruz e duas das professoras do Externato – as Irmãs Angelina Rosalina de Almeida e Souza e Antonina Campos. Muitos inspetores escolares e autoridades de ensino consideravam que a formação oferecida pelas Escolas Normais não era suficiente para capacitar as professoras, em especial, aquelas que iriam lecionar nas escolas isoladas, em virtude do fato de que nessas instituições as dificuldades relativas à organização e estrutura eram muito maiores e mais profundas que nos grupos escolares.<sup>24</sup>

Uma característica que parecia ser de todas as docentes de Cachoeira do Campo refere-se ao gozo da boa fama. Há indícios de que elas eram bem conceituadas pelas famílias dos alunos e mantinham boas relações no distrito. Ao que tudo indica, esse fato, como observa Faria Filho (1996), era característico das escolas isoladas, pois como a relação entre as professoras e a comunidade era mais próxima, a participação e o controle exercido pelos pais eram maiores naquelas instituições. Principalmente se elas fossem localizadas em lugares pequenos e pouco povoados, como era o caso daquela localidade.

#### 4. Pensando o programa e o horário de ensino do Externato

[...] disciplina optima; perfeita ordem e regularidade nos trabalhos escolares; horário e programma fiel e inteligentemente executados; nesta escola nada tive que fazer, senão louvar e admirar [...].<sup>25</sup>

O programa construído para os grupos escolares e também para as escolas isoladas era baseado no conjunto de princípios que norteavam o método intuitivo. De acordo com as premissas desse método, o ensino deveria começar pela estimulação da intuição dos alunos, que poderiam, após ter vivenciado um período de observação, transformar o conhecimento obtido por meio dos sentidos, em uma forma mais elaborada e complexa de conhecimento. Assim, o ensino deveria evoluir do concreto para o abstrato, do simples para o complexo.<sup>26</sup> Muitas instituições não conseguiam cumpri-lo; entretanto,

<sup>23</sup> APM - SI-3362. Relatório do Inspetor Técnico Luiz Ernesto Cerqueira. 13/06/1911.

<sup>24</sup> Faria Filho (1996) pondera a respeito dessa questão.

<sup>25</sup> APM - SI-3296. Relatório do Inspetor Técnico José Madureira de Oliveira, elaborado após uma visita ao Externato Nossa Senhora Auxiliadora. 31/10/1909.

<sup>26</sup> Para um balanço geral a respeito dessa temática consultar Chamon (2003), Faria Filho (2000) e Valdemarim (2000).



os inspetores relataram que esse não era o caso do Externato Nossa Senhora Auxiliadora. As professoras da escola salesiana - conforme se verificou na citação inicial desse item - conseguiam, na visão das autoridades de inspeção, realizar uma execução fiel das prescrições do governo estadual. É relevante pontuar que a Secretaria do Interior, responsável pelas questões relativas à educação no final do século XIX e início do século XX, apesar de determinar um conjunto de disciplinas<sup>27</sup> que deveriam ser trabalhadas em cada dia nas cadeiras isoladas existentes no estado, não determinava um horário fixo para tanto. Porém, era altamente recomendado que as escolas isoladas cumprissem o horário determinado para o funcionamento dos grupos escolares, isto é, das 10 às 14 horas. Esse era o horário regulamentar que, de acordo com os inspetores, as professoras da instituição salesiana executavam.<sup>28</sup>

Há indícios de que a Congregação Salesiana também se mostrava preocupada com a produção de uma racionalizada utilização dos tempos escolares em suas instituições educacionais. A obra intitulada *Collezione di Elementi di Metodica ed Altre Norme Per le Maestre*<sup>29</sup>, concebida pela Irmã Clélia Genghini, em 1907, e depois escrita pelo padre P. Scaglione, foi elaborada com base nos pressupostos do método intuitivo. Essa obra contém a descrição de todos os conteúdos que deveriam ser abordados em cada nível de ensino, a maneira por meio da qual essa abordagem precisava acontecer e a forma como o tempo seria melhor dividido e aproveitado, de modo racional. Silva (2001) enfatiza que esse conjunto de normas parecia ser de fato seguido pelas instituições salesianas. Segundo as prescrições de Irmã Genghini, as atividades deveriam ocorrer em períodos curtos de tempo - de 15 a 30 minutos, no máximo - com breves intervalos intercalando-as para que os alunos pudessem descansar ou praticar alguma atividade física, dentro da própria sala de aula.

O cuidado em controlar o tempo das atividades, não ultrapassando o limite de 30 minutos para a realização de cada uma, também esteve presente no processo de elaboração por parte do Estado do quadro de horários a ser seguido pelas instituições educacionais, em especial os grupos escolares. Cada trabalho deveria ser desenvolvido em 25 minutos, somente a última tarefa do dia gastava mais tempo, em geral, 45 minutos (KLINKE, 2003). É interessante sinalizar que determinar exatamente o período de execução de cada trabalho significava construir uma nova metodologia de utilização racional do tempo. O objetivo era desenvolver o programa de ensino com o máximo de eficiência e aproveitamento.

<sup>27</sup> Verificar o Decreto nº 1947, de 30/09/1906. Arquivo Público Mineiro.

<sup>28</sup> O estabelecimento de um tempo escolar oficial foi um elemento central na constituição de um novo processo de organização do ensino. Afinal, a eficiência presente na estruturação e uso dos tempos escolares poderia ser um importante elemento para a formação de futuras gerações de brasileiros civilizados e capazes de contribuir para o progresso tecnológico, econômico e científico do país, conforme destaca Faria Filho (2000). Ao longo dos anos, o horário previsto para o funcionamento das escolas passou por mudanças. Muitas vezes, o que era prescrito conflitava com os outros tempos existentes na instituição escolar: o tempo dos(as) professores(as), dos(as) alunos(as), demais funcionários(as), da comunidade, como pondera Gonçalves (2004).

<sup>29</sup> Conforme Silva (2001), o objetivo desse documento, que reunia as orientações da Irmã Clélia Genghini - na época, secretária da Madre Vigária Irmã Enrichetta Sorbone - ,era homogeneizar as posturas das diversas casas da Inspeção Salesiana no Brasil, procurando manter a fidelidade aos princípios difundidos pela matriz na Itália.

Nessa perspectiva, há evidências de que o Externato apresentava-se em conformidade com as novas exigências educacionais, o que parecia não acontecer com as demais escolas isoladas de Cachoeira do Campo, segundo os relatórios, em virtude, principalmente, da falta de materiais didáticos caros ao desenvolvimento das novas metodologias e de um maior preparo das docentes para trabalhar à luz das novas proposições.

### 5. O que compunha o espaço do Externato? O mobiliário e os materiais didáticos

Com a elaboração de um sistema educacional voltado para os ideais de modernidade, procurou-se definir não apenas espaços próprios para a escolarização, mas também suportes materiais que contribuíssem para colocar em prática, de forma eficaz, os preceitos do método intuitivo. Além disso, a produção desses novos materiais didático-pedagógicos – por exemplo, quadro negro, livros, mapas, cadernos etc – possibilitou a adoção de uma maneira inovadora de organizar os alunos e as aulas, tornando possível ministrar os conteúdos para todos os aprendizes ao mesmo tempo. Faria Filho (1996) ressalta que em muitos grupos escolares e escolas isoladas uma das principais reclamações referia-se à falta de materiais didáticos e mobiliários apropriados. Esse fato foi verificado nos relatórios de inspetores técnicos a respeito não só do Externato, mas também das outras cadeiras isoladas de Cachoeira do Campo. Em muitos desses registros era constante o pedido de livros, em especial, os de primeira leitura; mapas de Minas Gerais e do Brasil; contadores mecânicos, usados nas aulas de aritmética; bandeiras nacionais, consideradas importantes objetos para o trabalho do ensino moral e cívico; e, tímpanos, um objeto metálico em forma de sino, que vibrava com o toque de um martelo, nas campainhas, usadas pelas professoras para chamar a atenção dos alunos ou anunciar algo. O trecho a seguir mostra um desses pedidos feitos para o Externato.

A escola esta desprovida de material e livros; seria de justiça e uma recompensa ao mérito da professora, a remessa de uma bandeira nacional, um tympano, 15 carteiras, mappas, contador mechanico, além de livros didacticos, especialmente para o 1º anno.<sup>30</sup>

Outro item muito pedido eram as carteiras em estilo americano. Produtos da forte influência exercida pelo modelo de educação vigente nos Estados Unidos, essas peças do mobiliário eram recomendadas e solicitadas por “[...] estarem de acordo com os preceitos pedagógicos modernos, por serem sólidas, excelentes e pelo baixo preço” (CHAMON, 2003, p. 495). As carteiras enviadas aos estabelecimentos de ensino de Cachoeira do Campo, inclusive para o Externato, eram provenientes da Penitenciária de Ouro Preto, onde eram fabricadas pelos detentos.

A respeito dos pedidos feitos aos inspetores pelas professoras da instituição das salesianas e pelas demais docentes de Cachoeira do Campo, é preciso ressaltar que nem sempre eles eram atendidos, na medida em que eram fornecidos às escolas isoladas apenas livros, carteiras, mapas e giz (FARIA FILHO, 1996). Além da aparente precariedade

<sup>30</sup> APM - SI-3326. Relatório do Inspetor Técnico Antônio Ferreira Paulino. 09/08/1910.

em relação aos materiais pedagógicos, outro ponto em comum entre o Externato Nossa Senhora Auxiliadora e as demais cadeiras do distrito refere-se ao uso de um mobiliário rústico e pouco apropriado para acomodar os alunos - os bancos ‘toscos’ - visto que o número de carteiras americanas era insuficiente. Em alguns casos, tais bancos eram adquiridos por empréstimo.

A partir dos anos de 1911 e 1912, a situação precária das escolas isoladas de Cachoeira do Campo referente à ausência de suportes didático-pedagógicos adequados e necessários parece começar a melhorar. No Externato, em especial, há indícios de que nas suas duas cadeiras masculinas, existiam diversos recursos materiais básicos<sup>31</sup> exigidos pelo artigo terceiro do Regulamento dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas (FARIA FILHO, 1996), inclusive, quadro negro com as medidas corretas, como se pode observar abaixo:

Tem como mobiliário carteiras americanas, estrado, mesa, armário, cadeiras, regulador e dois quadros negros, sendo um de 4ms x 0,90. Está provida de mappas do Brasil, livros didacticos, contador mechanico [ilegível] em organização de um anno a esta parte.<sup>32</sup>

2ª Cadeira masculina: Em sala do pavimento inferior, hygienicamente confortável, pertencente às Salesianas mobiliada por carteiras nacionais, mesa, cadeiras e quadros negros, lecciona a titular da cadeira Irman Maria Dolores Gonçalves.<sup>33</sup>

Os demais estabelecimentos pareciam também se apresentar em melhores condições, de acordo com observações feitas pelo Inspetor Técnico Luiz Ernesto Cerqueira.

## 6. Uma escola bem frequentada?

A matrícula e a frequência de alunos tanto nos grupos escolares quanto nas escolas isoladas constituía um dos principais problemas da época.. Nas cadeiras de instrução primária, em especial naquelas localizadas em pequenas vilas e distritos e em zonas rurais, a distância a ser percorrida pelas crianças, os afazeres domésticos e as condições climáticas eram apontados como os principais motivos para a baixa frequência registrada. As doenças que acometiam a população e as festividades também compunham o repertório de razões que justificavam o quorum insuficiente nas escolas isoladas.<sup>34</sup> Entretanto,

<sup>31</sup> Esses são: mesa com gaveta e cadeira, estrado, armário para guardar os objetos, torneira ou talha de água potável, tímpano de mesa e cesta para colocar papéis (FARIA FILHO, 1996).

<sup>32</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>33</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>34</sup> O distrito de Cachoeira do Campo, segundo dados obtidos em relatórios de inspeção, parecia apresentar, no início do século XX, uma situação diferenciada da que foi mencionada. De acordo com o que foi relatado, naquela localidade havia muitas crianças em idade escolar – 7 anos para os meninos e 8 para as meninas, segundo Faria Filho (1996) – que não frequentavam a escola por falta de um número maior de estabelecimentos educacionais. Em decorrência desse fato, o inspetor distrital, representando a população, enviou pedidos à Secretaria do Interior para que fosse instalada em Cachoeira, pelo menos, mais uma cadeira feminina, o que foi feito algum tempo depois. Isso, talvez, possa comprovar a tese de que havia um crescente interesse das camadas mais empobrecidas da população pela instrução escolar (FARIA FILHO, 1996).

no caso específico do Externato os relatórios indicaram que a matrícula e a frequência dos alunos superava o limite mínimo, de 45 estudantes matriculados e 30 frequentes, estabelecido pelo Estado para se criar e manter uma cadeira. No primeiro semestre de 1910 o contingente de meninos matriculados superou o número de 60 alunos e a média de frequência constava entre 45 e 50 crianças, tendo sido eliminados alguns meninos. Abaixo se encontram alguns dados:

No dia 10 visitei a escola do sexo masculino regida pela professora D. Angelina Rosalina de Almeida e Souza, onde estavam matriculados em Janeiro 66 alunos, tendo sido eliminados 5, por mudança para outros districtos. A frequência media na escola nos últimos 3 meses foi de 48 alunos.<sup>35</sup>

Os índices de matrícula e frequência da escola das salesianas, como apontam as fontes, continuaram se mantendo bons nos anos de 1911 e 1912. Não há indícios a respeito dos anos de 1913 e 1914. Já em relação às outras cadeiras públicas de ensino de Cachoeira do Campo, exceto a escola mista sob responsabilidade de Antonina Augusta Ferreira que também possuía um número de inscitos considerado alto (acima de 60 alunos), apresentavam índices de matrícula e frequência mais baixos. A escola singular masculina a cargo de Thereza Rodrigues Pereira, em especial, parecia enfrentar significativos problemas para atrair novos alunos e mantê-los matriculados, em virtude da suposta preferência dos pais pelo Externato, como evidencia o trecho de relatório a seguir:

Presentes 18 alumnos, visitei em terceiro logar a escola do sexo masculino da professora D. Thereza Rodrigues Pereira. A matricula está reduzida a 37 por eliminação de 15. Foram freqüentes 11 no primeiro semestre e 15 em julho. Parece-me que esta escola não poderá funcionar futuramente por falta de matricula, pois os Paes procuram matricular seus filhos na outra escola do sexo masculino. [...] Da como causa da infreqüencia as falhas por motivo de moléstia.<sup>36</sup>

Embora as razões dessa preferência não tenham sido explicitadas pelo inspetor, pode ser que estejam relacionadas ao fato do Externato ser regido por Irmãs de uma ordem religiosa, envolvidas com trabalhos comunitários. Os dados obtidos nas fontes mostraram que a instituição criada e administrada pelas salesianas era muito requisitada, o que ameaçava, inclusive, a permanência da outra cadeira masculina do distrito. Em relação a essa procura, a Irmã Trindade (1996) afirma que ela ocorria até mesmo em períodos fora do prazo de matrícula, realizada sempre na primeira quinzena de janeiro.

---

<sup>35</sup> APM - SI-3296. Relatório do Inspetor Técnico Arthur dos Santos Mourão. 16/09/1909.

<sup>36</sup> APM - SI-3342. Relatório do Inspetor Técnico Antônio Ferreira Paulino. 13/08/1910.

## 7. O que e como se aprendia no Externato? Pistas para a construção de um processo de ensino/aprendizagem

As “Filhas de Maria Auxiliadora” desenvolviam, de acordo com as fontes, um processo de ensino norteado por princípios que regiam e regem as ações educativas da Congregação Salesiana, por preceitos do método intuitivo, cujo cerne estava no papel ativo que os alunos poderiam desempenhar (VALDEMARIN, 2000) e do sistema de organização simultâneo.<sup>37</sup> A partir de 1906, através do decreto 1.960, a adoção do sistema de organização simultâneo e do método intuitivo passa a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino do estado. Há indícios de que o Externato também se enquadrou nessa determinação. Contudo, essa parece que não constituiu a única razão para que o estabelecimento de ensino salesiano pautasse seu sistema educacional nas duas propostas mencionadas. Em sua *Collezione di Elementi di Metodica ed Altre Norme Per le Maestre*, a Irmã Clélia Genghini também ressaltou, segundo as análises de Silva (2001), as vantagens e importância do método intuitivo: “as noções são formadas por meio de objetos reais ou figuras e se aplicam a todas as matérias de ensino [...] as lições são ocasionais e não acidentais, a ocasião deve ser prevista e planejada, porque a preparação é muito necessária para não se ensinar num caos de idéias inúteis e nocivas” (GENGHINI apud SILVA, 2001, p. 107). Irmã Clélia ainda salientava que o planejamento das aulas deveria seguir uma rotina já pré-estabelecida, composta pelos seguintes momentos: no início das aulas, era necessário fazer uma revisão dos conteúdos trabalhados no dia anterior; depois, deviam-se corrigir os deveres; em seguida, num terceiro momento, seriam realizadas explanações a respeito de novos assuntos; por fim, prescreviam-se as tarefas e fazia-se uma leitura (SILVA, 2001).

Outro aspecto concernente à educação salesiana é o sistema preventivo, cuja principal meta, conforme Meschiatti (2000) e Silva (2001), era alcançar a santidade, a sabedoria e a saúde física e mental. Sua base era o chamado tripé composto pela razão, religião e bondade. Tinha como elementos regras bem definidas, vigilância constante e a orientação permanente. O objetivo era fazer com que o aprendiz não cometesse mais erros. No sistema preventivo, que consistia em um estilo de vida para Dom Bosco (Bosco 1999), o amor e a alegria eram centrais. Esse pode ser um dos motivos pelos quais as Irmãs Salesianas fizeram a seguinte afirmação: “o melhor método para ensinar é aquele que dá por afeto. Proporcionando respeito à mente alheia” (SALESIANAS, 2004, p. 08). Esse princípio também parecia estar em consonância com as novas propostas educacionais que passaram a vigorar em Minas Gerais após a instalação dos grupos escolares. Como afirma Faria Filho (1996), inspetores escolares e diretoras de escolas enfatizavam muito a ideia de que as professoras deveriam ter carinho, compreensão e paciência com os alunos, o que denotava a construção de novas sensibilidades.

---

<sup>37</sup> Esse método, que só começou a ser estabelecido plenamente no Brasil em fins do século XIX, consiste na ação do professor sobre vários alunos simultaneamente, o que promovia a otimização do tempo e a organização dos saberes em vários níveis (FARIA FILHO, 2000).

Por meio da análise das fontes não pudemos obter indícios a respeito de que tipo de práticas eram de fato empregadas pelas professoras do Externato no desenvolvimento do processo de ensino. Entretanto, conseguimos mapear o que deveria ser ensinado e a avaliação dos inspetores escolares sobre que trabalho que estava sendo feito. Em outras palavras, as fontes permitiram identificar algumas dimensões do currículo prescrito para as escolas isoladas e grupos escolares da época e sinalizar de que maneira as autoridades educacionais concebiam a adoção desses princípios por parte das docentes da instituição salesiana.

A análise das fontes não nos permitiu determinar exatamente que tipos de livros<sup>38</sup> para o ensino da leitura e da escrita circularam no Externato Nossa Senhora Auxiliadora. Entretanto, verificando os relatórios dos inspetores escolares, há indícios de que os livros adotados pelo estado de Minas Gerais eram pedidos e, provavelmente, utilizados pelas irmãs normalistas. Em seu relato de inspeção, em 1910, Antônio Ferreira Paulino registra um desses pedidos. “Esta pede 1 bandeira, 1 tympano, 15 carteiras e livros de leitura, objectos cuja remessa julgo de justiça”.<sup>39</sup> Em outro relatório, do ano seguinte, o inspetor Luiz Ernesto afirma que o Externato possuía as obras necessárias para o desenvolvimento do ensino. “A escola está provida de livros didacticos, de mappas, etc”.<sup>40</sup> Isso também se verificava em 1912, quando o inspetor afirmou que a escola estava “[...] provida de mappas do Brasil, livros didacticos, contador mechanico [...] em organização de um anno a esta parte”.<sup>41</sup> A respeito das demais cadeiras de Cachoeira do Campo, os dados obtidos nos relatórios mostraram que ou também estavam providas dos livros exigidos ou faziam requisição deles.

Ainda em relação às prescrições para o ensino da leitura, no caso das escolas singulares como o Externato, havia um quadro de horários para regulamentar os conteúdos e as práticas a serem desenvolvidos. Analisando esse quadro, que também conduzia as ações nos grupos escolares, percebemos que a organização do trabalho com a língua materna apresentava três momentos: “Leitura (ensino da leitura e da escrita e prática de leitura corrente), Escrita (exercícios de cópia para desenvolvimento do traçado) e Língua Pátria (composição oral e escrita, gramática e morfologia)” (KLINKE, 2003, p. 64). Além disso, o governo estadual previa que a leitura podia ser desenvolvida com outras disciplinas, como Ensino Cívico e Higiene. Algumas metodologias de ensino da leitura foram elaboradas nesse período.<sup>42</sup> A adotada pelo Externato foi, segundo os inspetores, o método prescrito da palavração, cuja orientação previa que o trabalho com a leitura começasse pelo ensino das palavras, e não das letras e sílabas, de modo a fazer com que as crianças aprendessem os vocábulos que designavam objetos, atos e qualidades, o que estava em consonância com o método intuitivo. Apesar de promulgada, em 1912, uma determinação que previa

---

<sup>38</sup> Nos anos iniciais do século XX, com a construção de um projeto educacional com fins de civilizar a nação, a formação de leitores tornou-se prioridade, o que provocou a disseminação de métodos e práticas de leitura, divulgados nos discursos de intelectuais que acenavam para a importância da leitura. Para maiores detalhes sobre os tipos de livros de leitura e suas funções ver Batista, Galvão e Klinke (2002)

<sup>39</sup> APM - SI-3342. Relatório do Inspetor Técnico Antônio Ferreira Paulino. 13/08/1910.

<sup>40</sup> APM - SI-3362. Relatório do Inspetor Técnico Luiz Ernesto Cerqueira. 07/07/1911.

<sup>41</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>42</sup> Para um estudo dessas propostas ver Resende (2002) e Klinke (2003).

a utilização de uma nova metodologia de ensino da leitura – método analítico da sentença – a palavrção continuou a ser usada no Externato conforme indicam os trechos de relatórios a seguir: “Adopta a palavrção como methodo de leitura [...]”<sup>43</sup>; “2ª cadeira masculina: A palavrção como methodo de leitura [...]”<sup>44</sup> As demais escolas singulares de Cachoeira do Campo, exceto a que era regida por Thereza Rodrigues Pereira, a respeito da qual não foram encontrados dados sobre essa temática, também se enquadravam na mesma situação.

Silva (2001) aponta que as prescrições feitas pela Irmã Clélia Genghini, em 1907, indicavam o método silábico<sup>45</sup> como o mais adequado para o ensino da leitura, diferindo, portanto, da prescrição do governo mineiro. Contudo, as normas da religiosa se aproximavam das governamentais quanto ao processo de ensino da leitura, que deveria começar da decomposição em sílabas de vocábulos mais simples e, depois de outros mais complexos, passando pela leitura de pequenas histórias, até chegar à fase da leitura corrente; quanto à afirmação da importância da biblioteca escolar; e, quanto ao ensino da escrita, cuja recomendação era a adoção da escrita vertical, considerada mais saudável e higiênica, na medida em que, segundo os higienistas, permitia a manutenção de uma postura correta por parte do aluno durante o ato de escrever, o que não acontecia com a escrita inclinada (FARIA FILHO, 1998). Não há indícios de como se desenvolvia, de fato, o ensino da leitura no Externato ou se lá havia uma biblioteca escolar, mas os relatórios dos inspetores de ensino revelaram que a instituição adotava a escrita vertical, como se pode verificar no trecho a seguir: “Está adoptada a calligraphia vertical com muito proveito.”<sup>46</sup>

Em relação às outras escolas isoladas, as fontes evidenciaram que a escrita vertical também era adotada sem dificuldades nas cadeiras feminina e mista. Já na outra cadeira masculina do distrito essa adoção, na visão do inspetor técnico Luiz Ernesto Cerqueira, era imperfeita. Analisando os relatórios dos inspetores, chamou atenção a aparente simultaneidade do ensino da leitura e da escrita. Inspeccionando todas as escolas de Cachoeira, os inspetores registraram que ambas estavam sendo ensinadas ao mesmo tempo.

Além da leitura e da escrita, que ocupavam um lugar central no novo modelo de educação escolar que foi estabelecido em Minas Gerais no período, outros saberes também deveriam compor o quadro de trabalho desenvolvido nas escolas isoladas e nos grupos escolares. Nos 1º e 2º anos deviam, conforme as prescrições, serem explorados conhecimentos de aritmética<sup>47</sup>; geografia; história do Brasil; história natural, física

<sup>43</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>44</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.

<sup>45</sup> Segundo Mortatti (2006), esse método de caráter sintético promove o aprendizado da língua por meio da emissão dos sons das famílias silábicas. Em fins do século XIX, foram produzidas várias cartilhas no Brasil, em especial por professores fluminenses e paulistas, que se baseavam nesse método. Embora ele tenha sido criticado por defensores do emprego das ‘Lições de Coisas’, em suas prescrições, a Irmã Clélia Genghini propôs a utilização do método da silabação em consonância com os preceitos do método intuitivo.

<sup>46</sup> APM - SI-3362. Relatório do Inspetor Técnico Luiz Ernesto Cerqueira. 23/06/1911.

<sup>47</sup> Nos anos iniciais do século XX, a matemática não era ensinada de forma unificada nas instituições educativas. Essa disciplina era dividida em aritmética, álgebra e geometria. A unificação só ocorreu no final da primeira metade do século XX (VALENTE, 2003).

e higiene; trabalhos; canto; exercícios físicos; e, instrução moral e cívica. Para os dois últimos anos, são destacadas as mesmas matérias, com acréscimo de desenho e geometria.

Nos relatórios dos inspetores escolares encontram-se registradas as realizações de algumas dessas atividades no Externato Nossa Senhora Auxiliadora:

São dados exercícios físicos e os hynnos cantados nas horas regimentais.<sup>48</sup>

Rubriquei os cadernos mensaes, de cartographia e desenho, conservados limpos e organizados os trabalhos em letra vertical. Os hynnos são bem ensaiados. Como exercícios phisicos está introduzida a gynnastica de flexão e distensão de músculos, de acordo com as instrucções publicadas.<sup>49</sup>

Alguns aspectos importantes podem ser destacados dos trechos acima. As atividades de cartografia e desenho previstas pelo Programa, ao que tudo indica, eram desenvolvidas. Percebe-se também a relevância conferida ao canto dos hinos nas horas demarcadas. Símbolos, como os hinos e bandeiras, foram extremamente valorizados no período de implantação dos grupos escolares, com intuito de resgatar e conservar a memória nacional, exaltando-a (FARIA FILHO, 1996). Isso sinaliza a intenção de constituir uma identidade nacional, de criar nos aprendizes um sentimento de amor, respeito e fidelidade à pátria. Por isso, durante toda a Primeira República, o canto foi considerado e utilizado como um meio eficaz para promover a educação e a conformação dos corpos e mentes (JARDIM, 2006).

Os exercícios físicos também se enquadram nesse caso. Além das preocupações referentes à formação da pátria, Oliveira afirma que “[...] o discurso em torno da saúde geraria as condições para que se desenvolvesse a prática escolar da *Gymnastica* e do *Canto*, além de, nos anos iniciais do século XX, as disciplinas de Educação Física e Higiene, todas expressões da modernização que atingiria o mundo da escolarização” (2007, p. 277). A adoção de exercícios físicos não era tida como importante apenas pelo fato de que poderia conferir aos alunos uma postura mais adequada e um funcionamento orgânico mais saudável, mas também porque poderia contribuir para a disciplina e para “formação dos espíritos”.

Silva (2001) explicita que as prescrições da Irmã Clélia Genghini também orientavam em relação à relevância da prática dos exercícios físicos e do canto. Além disso, os outros saberes que deveriam fazer parte do currículo do Externato, de acordo com as normas do governo mineiro, integravam o documento normativo da religiosa, que procurou esclarecer em todos os itens a necessidade de se partir do ensino concreto para o abstrato, do simples para o complexo, respeitando os níveis de aprendizagem de cada ano.

Assim como o Externato, as demais escolas singulares de Cachoeira do Campo também pareciam cumprir os regulamentos impostos pelo governo mineiro. A esse respeito, não há registros apenas da cadeira masculina regida pela professora Thereza Pereira.

<sup>48</sup> APM - SI-3342. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/05/1910.

<sup>49</sup> APM - SI-3386. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 18/06/1912.



## 8. Alguns indícios da avaliação e desempenho dos alunos

Disciplina e ordem eram muito observadas pelos inspetores escolares em suas visitas semestrais e o Externato Nossa Senhora Auxiliadora parecia primar pela disciplina e pela ordem escolares adequadas. Afinal, conforme Meschiatti (2000), esses aspectos também eram muito valorizados pela Congregação Salesiana. Além disso, ao avaliar os cadernos dos alunos, os inspetores constataram o adiantamento, organização e capricho daqueles, como exemplifica o trecho a seguir:

Visitando a escola masculina, regida pela normalista Irmã Salesiana, D. Angelina Rosalina de Almeida e Souza, em Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto, assisti a argüições sobre as diversas disciplinas do programma feitas aos alumnos do 1º, 2º, 3º e 4º annos de curso, que compareceram em numero de 39-Experimentei agradável impressão pelo grande adeantamento encontrado e pela ordem e disciplina verificadas durante os trabalhos do dia.<sup>50</sup>

Em relação às outras escolas isoladas, os registros indicaram que os alunos também apresentavam adiantamento, disciplina e ordem nas cadeiras feminina e mista. Já em relação à cadeira regida por Thereza Rodrigues Pereira, os inspetores teciam algumas críticas quanto à organização, disciplina e rendimento das crianças.

O Externato, segundo os registros de Trindade (1996), promovia exames semestrais e finais. No fim do ano, seguindo as regras do Regimento, as professoras e os examinadores escolhidos pelos inspetores escolares presidiam as provas escritas e orais. Assim como no resto do estado<sup>51</sup>, o mecanismo de seleção parecia ser rigoroso. Mesmo com um número de matrícula considerado bom, a quantidade de meninos que chegavam ao 4º ano era ínfima:

Seguindo viagem para Cachoeira do Campo, visitei em dois dias, a escola do sexo masculino regida pela professora normalista Irmã Angelina Rosalina de Almeida e Souza, que tem como adjuncta a Irmã, também normalista Antonina Campos. A matricula, que em janeiro foi de 64, está reduzida a 58; pois já foram eliminados 6. A classificação de alumnos, nesta sala está assim feita – 15 no 2º anno; 6 no 3º e 5 no 4º.<sup>52</sup>

Talvez os motivos que expliquem essa situação não sejam apenas aqueles que se relacionam com mecanismos internos à instituição. Altos índices de abandono escolar em virtude do trabalho, que era iniciado desde a mais tenra idade, as grandes distâncias que as crianças tinham que percorrer para chegar até a escola, e o fato de que muitos pais podiam considerar importante apenas aprender a ler, escrever e contar, o que acontecia ou deveria acontecer no 1º ano da instrução primária, retirando seus filhos da escola no ano seguinte, também ajudam a compreender esse quadro.

<sup>50</sup> APM - SI-3392. Relatório do Inspetor Técnico Arthur Napoleão Alves Pereira. 11/06/1912.

<sup>51</sup> Faria Filho (1996) analisa e descreve o processo de avaliação prescrito para ser empregado nas escolas isoladas e grupos escolares.

<sup>52</sup> APM - SI-3362. Relatório do Inspetor Técnico Luiz Ernesto Cerqueira. 23/06/1911.

Após os exames finais, os registros de Trindade (1996) apontam que acontecia no Externato Nossa Senhora Auxiliadora o encerramento escolar, de maneira festiva. Essas comemorações, comuns entre os salesianos, conforme Silva (2001), também faziam parte do calendário de eventos dos grupos escolares e ajudavam a construir uma cultura escolar.

### Apontamentos Finais

Este trabalho, que teve como objetivo descrever e analisar o tipo de avaliação elaborada pelos inspetores escolares a respeito de uma escola isolada, evidencia que são necessários mais estudos que complexifiquem as pesquisas que têm sido construídas a respeito da educação primária nos anos iniciais do século XX. Em recente levantamento realizado, foram localizados e analisados 17 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos que, de alguma forma, contemplam o tema “escolas isoladas”.<sup>53</sup> Todos eles apresentam representações negativas imputadas às cadeiras públicas de ensino em diferentes lugares do país. Essas representações corroboram o discurso mais geral, que atribui às escolas singulares características negativas, como se essas fossem inerentes àquelas instituições. Esse discurso pode ser exemplificado por meio das considerações feitas por Rocha e Barros sobre as cadeiras públicas de ensino da Bahia: “A escola primária pública na Bahia caracterizava-se, desde os primórdios do século XIX, como uma escola isolada, separada por sexo, de responsabilidade de um(a) professor(a), sem mobiliário, sem prédio próprio e sem boas condições de asseio e higiene” (2006, p 176).

Para Schueler e Magaldi (2009), certas representações auxiliaram no processo de constituição de uma memória reificadora da ação republicana, na qual o período da Primeira República aparece como o momento em que a escolarização elementar e as políticas que previam a institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil se originaram. Na visão das autoras, apagar a experiência construída no Império, seus significados políticos e sociais e os desdobramentos desses significados, era o sentido da invenção da República. Constituiu-se, portanto, um cenário de lutas de representações, que resultou na construção de uma memória marcada por muitos silenciamentos. Por isso, assim como Schueler e Magaldi (2009), consideramos de suma importância investigar como aconteceu a institucionalização da escola primária em diferentes partes do país, atentando para as especificidades das reformas de instrução pública, para os atores nelas envolvidos e para seus desdobramentos, principalmente, em âmbito municipal. Embora a situação de debilidade descrita anteriormente, provavelmente, deva ter caracterizado as escolas isoladas de vários lugares do Brasil, não há garantias de que todas as escolas singulares se encontravam no mesmo quadro de precariedade. No caso da instituição investigada no presente trabalho, certamente algumas especificidades contribuíram para conferir-lhes, no discurso oficial, um lugar associado à qualidade, principalmente o seu pertencimento a uma ordem religiosa. Desse modo, julgamos importante que novos estudos sejam realizados na tentativa de investigar o que as autoridades de ensino da época relatavam a respeito dessas instituições.

---

<sup>53</sup> Trata-se dos estudos de Reis (2006), Beirith (2009), Garnica (2010), Pinheiro (2001), Ritt (2009), Shieh (2010), Silva (2004), Gonçalves (2004), Faria Filho (1996), Jacomeli (1998), Alves (2007), Vicentini e Gallego (2006), Gallego (2003), Isobe (2004), Alves (2007), Ávila (2008) e Bertonha (2010).

## Fontes

## Relatórios de inspeção técnica consultados no Arquivo Público Mineiro

Ano	Número	Título
1909	3296	Inspeção Técnica – 10ª a 14ª circunscrição.
1910	3342	Correspondência referente à instrução pública – nomeações – inspeção técnica – termos de visita.
1910	3326	Termos de visita e inspeção técnica.
1911	3362	Correspondência referente a técnicos em instrução pública e a resultado de inspeções. Circunscrição 13ª a 15ª.
1912	3386	Relatórios dos inspetores técnicos referentes ao estado das escolas visitadas pelos mesmos.
1912	3392	Termos de visita referentes à instrução pública – inspeção técnica – diversos municípios – circunscrição. 1º trimestre.

## Outras fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DO INTERIOR. Disponível em: [www.sia-apm.cultura.mg.gov.br](http://www.sia-apm.cultura.mg.gov.br). Acesso em: 01/04/2008.

SALESIANAS. **Arquivo documentário da casa**. Cachoeira do Campo, 2004

TRINDADE, Irmã Marta Figueiredo. **Resumo histórico**. Cachoeira do Campo, 1996.

## Referências

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na primeira República**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2007.

ALVES, Silvane. **A instrução pública em Indaiatuba: 1854-1930: contribuição para a história da educação brasileira**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ÁVILA, Virgínia. **A escola no tempo: a construção do tempo em escolas isoladas (Florianópolis – 1930-1940)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BATISTA, Antônio Augusto; GALVÃO, Ana Maria; KLINKE, Karina. Livros escolares: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, 2002, p.27-46.

BEIRITH, Ângela. **O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado (1946-1956)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BERTONHA, Vitorina. **Da escola isolada ao grupo escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi – PR (1953-1981)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

- BITTAR, José Eduardo. **Educação religiosa ‘versus’ laicismo: o ‘correio católico’ e as escolas do triângulo mineiro (1930-1945)**. 2006. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- BOSCO, Terésio. **Dom Bosco: uma biografia nova**. 5.ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1999.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p.7 a 37.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CHAMON, Carla. Modernizando a Escola: Minas Gerais e a influência norte americana no final do século XIX e início do XX. In: II Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais, 2004, Uberlândia. **Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais**. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 02, n. 02, 1990.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. 1996. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). **Modos de ler formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- \_\_\_\_\_. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 117-135.
- \_\_\_\_\_. Instrução elementar no século XIX. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150
- GALLEGO, Rita de Cássia. **Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)**. 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GARNICA, Antônio. **Memórias de uma escola isolada rural: estudo de caso a partir de um livro de visitas (1928-1948)**. **Educação & Sociedade** (Impresso), Campinas, 2010. (PRELO).
- GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições escolares: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação brasileira**. Uberlândia: Edufu; Campinas, SP: Autores Associados, 2002. Pág. 3-24.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- GOODSON, Ivor. **Historia del currículum: la construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Ediciones Pomares-corredor, 1995.

- ISOBE, Rogéria. **Moldando as práticas escolares: um estudo sobre os relatórios da inspeção técnica do ensino do Triângulo Mineiro (1906-1911)**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.
- JACOMELI, Maria Regina. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927**. 1998. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- JARDIM, Vera Lúcia Gomes. Educação musical: a concepção escolar para o ensino da música. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. Pág. 161-179.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 1, p.9-43, jan./jun., 2001.
- JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Pág. 37-71.
- KLINKE, Karina. **A escolarização da leitura no ensino graduado. Minas Gerais, 1906-1930**. 2003. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. Trad. Bernardo Leitão. Pág. 535-549.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 1998. Pág. 67-72.
- MESCHIATTI, José Eduardo. **O sonho da moral: presença salesiana em Campinas**. 2000. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: São Paulo, 2000.
- MORTATTI, Maria do Rosário. História dos métodos de Alfabetização no Brasil. In: Seminário 'Alfabetização e letramento em debate'. Brasília: **Ministério da Educação**, 2006.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução primária nos finais do séc. XIX, início do séc. XX. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **A cultura escola em perspectiva histórica**. São Paulo: Cortez, 2007. Pág. 265-300.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas à Era dos grupos escolares**. 2001. 263 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- REIS, Amada. **História e Memória da educação em Oeiras – Piauí**. 2006. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

- REIS, José C. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RESENDE, Fernanda Mendes. **O domínio das coisas: o método intuitivo em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- RITT, Cibele. **Da escola isolada ao grupo escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- ROCHA, Lúcia e BARROS, Maria Lêda. A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra. In: VIDAL, Diana (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p.215-231.
- SHIEH, Cynthia. O que ensinar nas diferentes escolas públicas primárias paulistas: um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929). 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SCHUELER, Alessandra; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-55, 2009.
- SILVA, Denise Guilherme da. Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1933-1943). 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.
- SILVA, Maria Aparecida Felix do Amaral e. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba - Colégio do Carmo: 1892-1910**. São Paulo: s.n., 2001.
- SOUZA, João Valdir Alves de. **Inventário das festas religiosas dos distritos de Ouro Preto**. Base DVD; 2006 (Formação histórica dos distritos de Ouro Preto).
- VALDEMARIN, Vera. Lições de Coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**. Campinas: CEDES, n° 52, 2000.
- VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Pág. 137-158.
- \_\_\_\_\_. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VICENTINI, Paula; GALLEGOS, Rita de Cássia. Escolas primárias urbanas e rurais: um estudo dos debates acerca de suas especificidades na organização do sistema de ensino paulista (1890-1945). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006. p. 1-10.
- VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga. **Uma escola para meninos pobres no início do século XX (Cachoeira do Campo, MG)**. 2008. Monografia (Graduação em Pedagogia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2008.

*Recebido em fevereiro de 2012*

*Aprovado em abril de 2012*